

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.535.865 - BA (2019/0194946-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**EMBARGANTE** : **FERNANDO ROBERTO DOS SANTOS**  
**ADVOGADOS** : **JACQUELINE SILVA PAIVA - BA013023**  
                  **FERNANDA PINTO DANTAS BRAGA DE SOUZA - BA014254**  
**EMBARGADO** : **HDI SEGUROS S.A**  
**ADVOGADOS** : **THÁCIO FORTUNATO MOREIRA - BA031971**  
                  **EDUARDO DE FARIA LOYO - BA037467**  
                  **MARCUS VINICIUS DE CARVALHO - BA042631**  
                  **ITALO ISRAEL SANTANA GUIMARAES - BA052131**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração (e-STJ fls. 475/484) opostos à decisão desta relatoria que negou provimento ao agravo (e-STJ fls. 471/473).

O embargante alega que a decisão embargada teria incorrido em obscuridade e omissão, "deixando de observar e analisar fato efetivamente relevante e que fora deduzido no Agravo interposto à Decisão que negou seguimento ao Recurso Especial, especificamente quanto à inexistência de intimação do ora Embargante para regularização de representação processual" (e-STJ fl. 475).

Defende, ainda, que "cabia à Secretaria da Seção de Recursos, em cumprimento à segunda parte da decisão e-STJ fl. 378, com fundamento na supracitada Certidão de e-STJ fl.381, intimar o ora Embargante/Recorrente para regularizar a sua representação processual e NÃO o considerar intimado desde a decisão (e-STJ fl. 378), produzindo certidão de decurso de prazo e-STJ fl.382 totalmente descabida, INVÁLIDA e NULA, uma vez que, frise-se mais uma vez, o ora Embargante não foi intimado a tal desiderato, restando ofendidos os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, bem como violado os arts. 76,§2º, I e 932, parágrafo único" (e-STJ fl. 478).

Ao final, requer o acolhimento dos embargos de declaração para que sejam corrigidos os vícios apontados.

A recorrida não apresentou impugnação (e-STJ fl. 488).

É o relatório.

Decido.

Com razão o embargante.

O despacho de fl. 378 (e-STJ), determinando a regularização da representação processual, foi apenas publicado no DJe (e-STJ fl. 380). Ou seja, somente o patrono do embargante foi intimado para a prática de tal ato.

Contudo, de acordo com a jurisprudência do STJ, constatada a deficiência na representação processual, é necessária a intimação pessoal da parte para que supra tal vício,

não sendo suficiente a intimação do advogado subscritor da peça. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. REGULARIZAÇÃO PROCESSUAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE. NECESSIDADE. PRECEDENTES.

1. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que constatada a deficiência na representação processual, é necessária a intimação pessoal da parte para que supra tal vício, não sendo suficiente a intimação do advogado subscritor da peça. Precedentes: AgInt no REsp 1.605.687/SP, Rel. Min. Raul Araujo, Quarta Turma, DJe 7/12/2016; AgRg no Ag 1.068.880/SP, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe 15/6/2011.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.632.805/RS, Relator Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/9/2017, DJe 13/10/2017.)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INSTÂNCIA ORDINÁRIA. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE. NECESSIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. "Na instância ordinária, constatada a deficiência na representação processual, é necessária a intimação pessoal da parte para que supra tal vício, não sendo suficiente a intimação do advogado subscritor da peça." (AgRg no Ag 1.068.880/SP, Relator o Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA)

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.605.687/SP, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 7/12/2016.)

Ante o exposto, ACOLHO os embargos de declaração para RECONSIDERAR a decisão de fls. 471/473 (e-STJ) e DAR PROVIMENTO ao agravo, determinando o retorno dos autos à instância de origem a fim de que o embargante seja intimado pessoalmente para regularizar a representação processual, prosseguindo-se no exame de admissibilidade do recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator